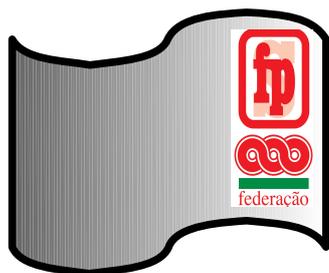


AOS TRABALHADORES DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA



GOVERNO QUER DESTRUIR ACTUAL ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

O recente anúncio não oficial do encerramento de dezenas de repartições de finanças é mais uma peça do “puzzle” que o Governo PSD/CDS está a montar sempre com a justificação inaceitável do cumprimento das exigências do FMI/BE/UE, para destruir a actual estrutura tributária e aduaneira, processo que porá em causa o interesse público, os direitos dos trabalhadores e prejudicará as populações, designadamente as das regiões do País mais desfavorecidas.

A exemplo do que se está a passar em toda a Administração Central do Estado, também nas áreas tributária e aduaneira, a ideia é reduzir custos a qualquer preço, pondo em causa a eficácia dos serviços e fazendo recair o ónus desta política de destruição do Estado constitucionalmente definido sobre os trabalhadores a quem será imposta, como no caso das repartições de finanças, uma mobilidade forçada e, sobre as populações para quem o acesso aos serviços passará a ter custos mais elevados.

Ao mesmo tempo, o processo de fusão da área tributária com a área aduaneira na Autoridade Tributária(AT) continua a não provar – não conhecemos nenhum estudo que comprove – porquanto o que se constata é uma degradação do segundo sector, para o qual não são tomadas, pelo Governo, quaisquer medidas de reforço de efectivos, de formação dos meios humanos para ali transferidos, de melhoria das condições de trabalho (uniformes, p.e.), tomando medidas avulso que “tapam o sol com a peneira”.

Entretanto, não se compreende porque razão não foram aprovados pelo Director-Geral da Autoridade Tributária, os mapas de pessoal da área aduaneira, ao contrário do que aconteceu em Setembro, com o sector tributário. Que intenção está por detrás desta ausência de divulgação dos mapas de pessoal? Desde logo, trouxe aos trabalhadores um novo factor de instabilidade, somado aos que resultam das quase diárias medidas de redução de direitos, impostas na Administração Pública.

São os cortes draconianos dos salários e suplementos que o Governo quer impor para 2014, na nova Tabela Salarial Única, aos já concretizados desde 2010; é a escandalosa subversão do regime de aposentação; é o ditatorial aumento da carga horária; é a destruição do Sistema de Saúde dos trabalhadores da Administração Pública; é a inaceitável alteração do vínculo laboral. É um nunca mais acabar de medidas que colocam os trabalhadores da Administração Pública num patamar de indignidade que não merecem e que não podem ter, pela importância das funções que executam.

DIMINUI A ESTABILIDADE, AUMENTA A PRECARIEDADE!

Enquanto procura impor aos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado, despedimentos encapotados, através das rescisões amigáveis ou da mobilidade especial, em consequência da redução da estrutura dos serviços públicos e congela as admissões, o Governo faz proliferar a precariedade no emprego, colocando nos serviços (por

exemplo, nas repartições de finanças e noutros serviços com elevado grau de exigência funcional) trabalhadores desempregados, ao abrigo dos contratos de emprego de inserção(CEI), para cumprirem tarefas que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.



INDIGNAÇÃO NÃO BASTA!

É PRECISO LUTAR!

Hoje, os trabalhadores da Administração Pública têm todas as razões para estarem indignados. Mas isso não basta. É preciso transformar esta indignação em luta, para por ponto final neste governo e nesta política.

A Federação apela à participação nas Marchas "POR ABRIL – Contra a Exploração e o Empobrecimento!" que a CGTP-IN promove no próximo dia 19, pelas 15.00 horas, em Lisboa e no Porto, são uma excelente oportunidade para os trabalhadores Tributários e Aduaneiros, darem voz à indignação, dizendo BASTA!

Lisboa, 10 de Outubro de 2013

A Direcção Nacional
da FNSTFPS



FEDERAÇÃO PEDIU REUNIÃO À MINISTRA DAS FINANÇAS

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, solicitou uma reunião com a Ministra das Finanças, para abordar os seguintes assunto:

- Aumento da carga horária;
- Falta de pessoal;
- Precariedade no emprego e recurso a formas ilegais de contratos de trabalho;
- Reestruturação dos sectores tributário e aduaneiro;
- Encerramento de serviços;
- Mobilidade de pessoal;
- Ausência de aprovação dos mapas de pessoal do sector aduaneiro;
- Procedimentos para o sector aduaneiro;
- Regulamento de uniformes do sector aduaneiro.

